



## **GLOBALIZAÇÃO – DE SUA GÊNESE MERCANTILISTA AO NEOLIBERALISMO BURGUESES**

Lemuel Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

Orivaldo Pimentel Lopes Junior<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo do texto é discutir a globalização, tendo como referência a sua trajetória histórica, e compreender seu caráter ideológico a partir da sociologia, além de mostrar seus reflexos no cotidiano das pessoas, bem como perceber como o cidadão comum se sente dentro desse contexto de mudanças. Tem como referência a obra de Boaventura Santos, através da qual abordaremos algumas temáticas apresentadas pelo autor para explicar os processos de globalização hegemônica e contra-hegemônica na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; Emancipação Social; Cidadania; Sociedade.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

## 1 INTRODUÇÃO

Tem-se discutido amplamente a globalização e seus efeitos na economia, na política e na cultura, discussão essa que extrapola os muros da academia e chega às rodas de bate-papo informal, nas quais o mais simples cidadão expõe seu pensamento, a visão de mundo globalizado, a sua leitura da situação econômica, do papel dos meios de comunicação de massa na formação do pensamento, e até o caráter consumista da sociedade global. Não podemos estranhar que as pessoas discutam livremente sobre uma questão tão complexa como a globalização, até porque seus reflexos não são percebidos apenas no seio da intelectualidade. Assim, o cidadão que vende ou compra pastel, espetinho ou cerveja na praia também percebe e muito bem a relação do seu bolso com a globalização.

É bem verdade que não podemos exigir dele uma compreensão crítica em torno das características da globalização, tais como o predomínio dos interesses financeiros, a desregulamentação dos mercados, as privatizações das empresas estatais, o abandono do estado de bem-estar social, dentre outras. Da mesma forma, não podemos esperar que tenha uma compreensão crítica de suas seqüelas, como a intensificação da exclusão social, as crises econômicas sucessivas, a ruína de pequenos poupadores e de pequenos empreendedores, em meio de tantas outras que atingiram o mundo nas últimas décadas, isso sem falar das questões ambientais, culturais e de comunicação.

Assim sendo, para o cidadão, globalização é antes de tudo uma nova etapa de sua vida na qual tanto as ofertas quanto as dificuldades se apresentam relevantes, posto que tudo se encontra, mas pouco se compra, todos querem tudo, entretanto só uma pequena parcela da população consegue algo. É o mundo do “vale quanto pesa”, onde o que pesa é o poder econômico. Portanto, é essa forma simplória de entender e explicar a globalização, a moeda corrente dos botecos, das feiras, das praças etc...

Por entendermos que existem várias formas de compreender a globalização e seus reflexos na sociedade é que tentaremos articular um diálogo com a história e a sociologia, visando a um esclarecimento que possa nos levar a uma definição de seu significado histórico e seu sentido ideológico, a partir dos vários processos de globalização existentes.

Faremos, em um primeiro momento, uma retrospectiva histórica situando as etapas e os contextos em que se deram os processos de globalização para, a partir daí estabelecermos uma ponte com a sociologia de Boaventura Santos, objetivando compreender, à luz do referido pensador, o sentido de globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica, emancipação social, cidadania e sociedade civil. Para assim, compreender os mecanismos que levaram a tais mudanças nas relações entre países e grupos sociais nos dará suporte para argumentar sobre a inserção do cidadão comum nesse contexto e como ele se vê.

## **2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO**

Se tomarmos como referência a história econômica mundial, veremos que o fenômeno da globalização é recente, não ultrapassando cinco séculos de existência. Tendo sua origem com a expansão marítima européia no século XV, amadurece com a revolução industrial e as políticas imperialistas e colonialistas do século XIX, e se consolida com a globalização neoliberal do século XX. Cada etapa apresenta seus contornos ideológicos e seus significados históricos.

Poderíamos, antes de esboçarmos alguns comentários acerca desses períodos históricos, retroagir no tempo e mostrar que, anteriormente ao expansionismo mercantilista do século XV, não existia entre as economias mundiais a estreita relação que só viria a ocorrer com a expansão marítima, como afirma Braudel (1996). O planeta dividia-se em cinco economias mundiais totalmente autônomas: Europa, na região de Flandres e a Liga de Hansas; China com a Coréia, Indochina e Malásia; Índia; África; e as civilizações pré-colombianas.

Essas regiões que só mais tarde passariam a fazer parte de um processo de internacionalização da economia, de ações políticas dos grandes estados nacionais, de processos de miscigenação cultural, como também do acirramento dos conflitos religiosos.

O que chamamos de primeira etapa da globalização foi resultado de amplos investimentos estatais e privados em busca de novas rotas marítimas da economia do mundo – Europa –, em direção às outras economias mundiais – China, Índia, África e América. É de se perceber que a visão empreendedora européia ultrapassava os limites geográficos do continente, procurando exercer o controle da produção e do consumo nos outros mercados. Nessas novas áreas conquistadas foram desenvolvidas atividades de acordo com o potencial de cada região. Na América, por exemplo, desenvolveram-se colônias de exploração ao Sul, baseadas na monocultura e no trabalho escravo indígena e africano; e ao Norte, colônias de povoamento, baseadas na propriedade de exploração familiar. Essas conquistas trouxeram para as populações nativas resultados extremamente negativos, no que diz respeito à propriedade, liberdade, e às questões culturais, uma vez que proporcionaram a expropriação de suas terras, sua escravização e a destruição, mesmo que parcial de suas culturas, além de alimentar o tráfico negreiro, atividade que proporcionaria altos lucros para empresas européias, além de consolidar o processo de miscigenação cultural nas terras conquistadas.

Com o estabelecimento das colônias desenvolveu-se o comércio triangular entre a Europa, África e América, no qual o primeiro fornecia a manufatura, o segundo a mão-de-obra escrava e o terceiro os produtos coloniais. Estava assim consolidado o intercâmbio entre três das cinco economias do mundo. Vale salientar que as outras economias mundiais, Índia e China, não ficaram fora desse processo, uma vez que os europeus estabeleceram feitorias na Índia, China e Japão, interligadas com as demais através das rotas marítimas orientais, fechando assim o grande anel planetário em torno da economia/mãe –, Europa.

Do ponto de vista político, a globalização do século XV se fez sob a tutela das monarquias absolutistas que, com sua centralização política, mobilizavam recursos financeiros e militares com o objetivo de atingir os mais distantes rincões do planeta em busca da ampliação de seus raios de ação e assim consolidar seus impérios, que resultava sempre numa eterna disputa com outras potências por novas rotas e regiões estratégicas. Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda são os países que se destacaram nessa etapa da globalização.

O sustentáculo ideológico desse grande empreendimento foi a doutrina mercantilista, baseada numa legislação que estabelecia medidas protecionistas, incentivos fiscais e garantia

de monopólios das companhias de comércio sobre os mercados internacionais de produtos e escravos, além de impor o pacto colonial que limitava o comércio das colônias às suas respectivas metrópoles. A parceria existente entre Estado e iniciativa privada visava a garantir o acúmulo de capital por parte dos grandes estados nacionais, que só assim poderiam ampliar e consolidar seus poderes sobre as regiões conquistadas.

Como explicar os reflexos da expansão marítima nas populações que passaram ao jugo europeu a partir do século XV? Podemos tomar como referência a África negra e a América do Sul que tiveram seus destinos traçados nos palácios – governamentais e episcopais – das metrópoles européias, a começar pela imposição aos negros, de seu futuro escravista – quando na Europa essa modalidade já era extinta –, e aos índios da América, a necessidade de sua conversão ao cristianismo.

Dois mundos, dois povos, dois destinos; dessa forma, a destruição e a miscigenação cultural aparecem como características marcantes no processo colonizador europeu, tendo a Igreja Católica ampliado seu raio de ação através das ordens religiosas, para o além mar, transformando os índios em “bons selvagens”, sendo esse o meio de se alcançar a salvação e garantir seu espaço no paraíso cristão. Aos negros, coube a tarefa da produção e “multiplicação dos pães”, tão almejada pelas monarquias absolutistas européias, bem como viver numa terra sem referências culturais e religiosas, forçados a se adaptarem a novos padrões de comportamento, tendo que buscar entre as novas culturas e crenças elementos que pudessem garantir a sua sobrevivência enquanto povo.

A economia do planeta, ao longo dos séculos foi sofrendo modificações e consolidando cada vez mais o papel da Europa enquanto economia mundial hegemônica, desta vez através do aperfeiçoamento das técnicas de produção e das novas forças políticas, chegando ao poder através das revoluções burguesas que marcaram a Europa nos séculos XVIII e XIX.

Com o advento das novas técnicas industriais e a ampliação do papel dos bancos na economia mundial, as regras são alteradas e as cartas não são mais determinadas pelas dinastias mercantis e sim por uma burguesia industrial e bancária que não se submetia às regras ultrapassadas da doutrina mercantilista. Para essa burguesia, o que era fator determinante para o desenvolvimento da economia era o livre mercado, defendido pelos

economistas liberais. Dessa forma, os monopólios das companhias de comércio, as colônias, a escravidão, e o pacto colonial se tornaram elementos rejeitados no novo estágio da economia mundial. É bem verdade que as práticas protecionistas não foram eliminadas, até porque era preciso garantir às indústrias européias o sempre crescente mercado mundial, além de evitar possíveis concorrências advindas de outros países e de outras regiões.

No campo político e social, o século XVIII é marcado por duas grandes revoluções – a americana e a francesa – que contribuiriam, sobremaneira, para uma mudança nas relações entre as camadas sociais, principalmente dos países ocidentais. Amadurece a classe operária, se fortalece a classe média, endurece a classe alta e dominante, e assim a luta de classes se acirra diante de um modelo econômico que busca cada vez mais a exploração dos trabalhadores, e a consolidação do domínio da produção de riquezas nas regiões mais distantes, o que representaria o acúmulo de capital para as grandes empresas européias. De tal modo, a procura por mercados – produtor e consumidor – impulsionaria a emigração de capital e gente da Europa para outros continentes, na tão sonhada corrida em busca do Eldorado, seja na América ou no Oriente.

Em sua origem, a globalização se deu através das caravelas, depois do barco a vapor, o trem; hoje, temos nos meios de comunicação o poder sobre a humanidade através dos satélites e dos computadores interligando o mundo em tempo real. A este respeito, Galeno afirma:

Com a internet, entramos compulsoriamente na era da digitalização da vida e da máxima eficácia comunicacional, bem como entramos num século onde enterram-se os sonhos de grandes utopias juntamente com seus escombros amalgamados e endurecidos pelos delírios de uma razão cega e totalitária (GALENO, 2003, p. 99).

Esta é uma boa definição para uma época de incertezas, pelo menos para uma parcela da população mundial, em especial, a dos países periféricos. A globalização neoliberal ou neocolonialismo, como afirmam alguns estudiosos, requer uma discussão mais ampla e sustentada em certos conceitos e teorias que nos dê uma maior compreensão tanto em relação ao seu aspecto ideológico e seu significado histórico – que é o que vimos abordando

nesse texto –, como também para buscarmos algumas respostas para as inquietações da humanidade no século XXI.

A definição de Galeno (2003, p. 99) já citada, para o momento em que vivemos, é pertinente, mas a complexidade das relações e das ações dos atores sociais envolvidos no processo exige uma reflexão mais ampla em torno de um mundo globalizado e “internetizado;” para isso continuaremos nossa discussão com uma definição de Mancebo que diz:

O processo de globalização abrange uma variedade de fenômenos, tem gerado impactos diferenciados em diversas áreas – econômico-financeira, comercial, cultural, social, dentre outras –, mostra-se atravessado por um certo grau de ambivalência ou imprecisão, revelando-se como uma configuração histórica altamente contraditória (MANCEBO, 2002, p. 02).

Por isso, vemos que compreender a globalização no século XX, seu caráter ideológico e seu significado histórico, requer um amplo exercício em torno dos seus vários processos, desde as questões econômicas até as ambientais. Cada questão exige uma reflexão e uma revisitada na história, da mesma forma que o olhar da sociologia. Para isso, procuraremos dialogar com alguns autores que aprofundaram seus estudos sobre a temática, e tomaremos como referência, para ampliação da discussão, o pensador português Boaventura de Sousa Santos.

### **3 A GLOBALIZAÇÃO COM O OLHAR DA SOCIOLOGIA**

Fazer uma retrospectiva histórica da globalização é um exercício que requer menos conceitos, menos teoria, e talvez mais precisão na definição do tempo e dos espaços. Já uma compreensão em seu sentido ideológico exige uma maior habilidade nos conceitos e teorias. Dialogar com a sociologia não é tarefa tão simples, mas, necessário se faz ampliar os horizontes em busca de luzes que venham a clarear as dúvidas existentes.

Quando optamos por uma leitura sobre globalização, a partir dos escritos de Boaventura Santos, tínhamos consciência da complexidade dos argumentos do autor

sustentados em sua “sociologia das ausências”. Mesmo assim nos lançamos ao desafio, por entendermos a necessidade premente de aprofundar as discussões em torno da temática.

Como já vimos em sua trajetória histórica, em cada estágio de evolução a globalização atendia a uma lógica imposta pelo capital dominante, em consonância com os interesses dos estados absolutistas e/ou imperialistas, o que não poderia deixar de ser em seu estágio na sociedade contemporânea.

Sustentada num acordo conhecido como “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington”, que representou os interesses de grandes empreendedores, a globalização neoliberal traz consigo características que diferem em sua essência dos outros estágios já mencionados, a exemplo do que afirma Boaventura Santos (2002, p. 28): “as rivalidades imperialistas entre os países hegemônicos, que no século XX provocaram duas guerras mundiais, desapareceram, dando origem à interdependência entre as grandes potências, à cooperação e à integração regionais.”

As leituras nos levam a perceber que o processo de globalização não se limita ao caráter econômico; ele apresenta uma dimensão social, política e cultural, que ultrapassa a existente em sua gênese no século XV, além de demonstrar claramente o alargamento do fosso existente entre os países ricos e pobres, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais nesses países.

As implicações na vida das pessoas em várias partes do mundo desse processo ou processos, como defende Boaventura Santos, são as mais variadas e vão desde o desemprego até a morte das utopias. Destacaremos, dentre elas, aquela que determina a redução das políticas sociais no orçamento do Estado.

Qual a maior conseqüência da redução das políticas sociais para o cidadão pobre? É a partir dessa indagação que podemos imaginar um diálogo entre pessoas comuns num espaço comum – praia, boteco, feira – sobre globalização, capital, privatização, comunicação, sendo as informações obtidas, pelos interlocutores oriundas dos órgãos que detêm o controle sobre os meios de comunicação, para quem as mudanças impostas pelo capital são necessárias para o “desenvolvimento” do país e uma melhor distribuição de renda para a população.



É bem verdade que se perguntarmos sobre a condição de vida de cada uma delas, essas pessoas irão imediatamente se contrapor ao discurso televisivo. Aquilo que viam como necessidade para o desenvolvimento da economia e distribuição de renda passa imediatamente a surgir como obstáculos às atividades que proporcionam suas sobrevivências. Isso porque a sua condição de cidadão, dentro da sociedade, desaparece diante das condições impostas pela globalização. De cidadão, ele passa a ser consumidor, e como exercer tal papel se carece de recursos materiais para tal? O que fazer para sobreviver numa sociedade em que a essência do existir é o caráter utilitário, e o conceito de sociedade está atrelado ao de mercado, privatização, transnacionalismo?

Para se contrapor à idéia de uma sociedade/mercado, imposta pela globalização, é interessante citarmos a idéia de sociedade civil, defendida por Boaventura Santos em entrevista à jornalista Immaculada Lopez da Revista Sem Fronteiras, para quem a essência é a “união de cidadãos trabalhando em ações voluntárias, para conversar, discutir, criar soluções, sem visar o lucro e baseada na solidariedade, no voluntariado e na reciprocidade”, que ele define como “sociedade civil solidária” ou “sociedade civil global dos excluídos”, sendo assim uma alternativa à sociedade civil burguesa, contrariando aqueles que defendem o “fim da história.”

Estamos assim diante de uma sociedade dita racional e inovadora – no sentido científico e tecnológico – e outra movida pela idéia da emancipação, idéia essa demolida pelo neoliberalismo que transformou a sociedade contemporânea em sociedade do “hoje,” sem tempo e sem memória. E essa idéia de emancipação é a engrenagem da sociologia de Boaventura Santos, quando mostra os caminhos opostos de interpretações em torno da globalização:

Se para alguns ela continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados. (SANTOS, 2002, p. 53).

Diante do exposto, o que ele chama de globalização hegemônica e contra-hegemônica confirma a existência, não de uma globalização, mas de globalizações, o que torna a “sociedade civil global dos excluídos” uma meta viável de ser alcançada pelos cidadãos “descartáveis” da sociedade/mercado; para tanto, é preciso criar estratégias que tornem real a utopia da emancipação social. Assim sendo, um dos mecanismos de ação é fazer com que os movimentos sociais organizados ganhem um caráter transnacional e fortaleçam a luta pela emancipação global de países e povos excluídos.

Nessa perspectiva, a globalização neoliberal é uma realidade que não podemos ignorar, nem achar que seu fim está próximo e que haverá um novo “fim da história”, desta vez para o capitalismo. No entanto, é preciso – quando se fala em estratégia de globalizar os movimentos sociais – esclarecer como transformar as idéias em ações, cidadãos com a auto-estima demolida, sem utopia, sem encanto, sem perspectiva de vida em soldados revolucionários, como fazer com que eles reinventem a idéia de emancipação, independência, abolição, ruptura da ordem sem que essas ações sejam cooptadas pelo Estado liberal.

Os Fóruns Sociais Mundiais são apontados como espaços de aproximação de grupos sociais das mais variadas regiões do planeta que têm em comum a condição de excluídos, oprimidos, “descartáveis” da sociedade/mercado. Para Boaventura de Sousa Santos tais Fóruns Sociais podem fazer com que essas pessoas recuperem a pretensão de ser cidadãs, e passem a buscar seus espaços dentro dessa sociedade globalizada, que lutem por um universalismo que se contraponha ao projeto neoliberal.

O universalismo, apontado pelo autor, deve ser aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. É bem verdade que a luta pela reinvenção da emancipação social tem seu preço, seus desafios, seus obstáculos, que vão desde as diferentes concepções de emancipação social, entre os grupos sociais envolvidos até as questões mais dilemáticas que dizem respeito à produção de conhecimentos calcada numa ciência verdadeiramente revolucionária e comprometida com a liberdade humana e não atrelada aos interesses do capital.

Quanto mais aprofundamos a leitura de Boaventura de Sousa Santos, mais percebemos o grau de complexidade da discussão em torno das globalizações. Não podemos limitar o diálogo apenas em volta de uma questão, seja ela a cultural, social ou econômica. Cada tema exige uma reflexão e uma busca de compreensão em torno da alternativa à sociedade/mercado.

Como tratar, por exemplo, a questão indígena, que é apontada como um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, e a biodiversidade que envolve povos e conhecimentos seculares? Outros temas que também exigem reflexões são a democracia participativa, os sistemas alternativos de produção, – como as cooperativas e associações –, o internacionalismo operário e o multiculturalismo emancipatório.

Se retornarmos à citação de Mancebo (2002, p. 2), na qual se percebe que o processo de Globalização “mostra-se atravessado por um certo grau de ambivalência ou imprecisão, revelando-se como uma configuração histórica altamente contraditória”, compreenderemos o quão complexo é sua análise e definição, bem como historicizar seu estágio na sociedade contemporânea.

Enfim, as indagações aqui feitas visaram primordialmente compreender o papel do cidadão num contexto em que se assiste um processo de desagregação do Estado e a redução das políticas sociais, a perda de referências culturais locais, a imposição comportamental cada vez maior pelos meios de comunicação de massa e, acima de tudo, a perda da referência de cidadania, a qual consideramos a mais trágica das seqüelas da globalização neoliberal.

Dessa forma, ao tentar enxergar a globalização com o olhar do cidadão comum, podemos perceber a mutilação gradativa das sociedades contemporâneas, mesmo a proposta de universalização dos movimentos sociais como forma de se contrapor ao avanço neoliberal parece não ter fôlego para suportar a avalanche neoliberal, que de forma mordaz corrói as estruturas da luta em prol do bem-estar social, do resgate da cidadania, do direito à vida.

Portanto, a reconquista da cidadania exige do homem repensar seu papel na sociedade, suas ações no seio das instituições e a concretização de um projeto transformador que vise à ruptura dos padrões comportamentais impostos pela globalização neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GALENO, Alex. Mídias corroídas e subjetividades amputadas. In\_\_\_ **Complexidade à flor da pele: ensaios sobre Ciência, Cultura e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 95-107

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MANCEBO, Deise. Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 18, n. 3, 2002  
Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722002000300008&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 nov. 2006. doi: 10.1590/S0102-37722002000300008.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, n. 47, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci\\_arttext&pid=S0102-69092001000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 de nov. 2006. doi: 10.1590/S0102-69092001000300004.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org) Introdução geral à coleção. In\_\_\_ **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v. 1). p. 13-27

\_\_\_\_\_. Os processos da Globalização. In:\_\_\_ **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.

\_\_\_\_\_. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos acontecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.4). p. 13-20.

\_\_\_\_\_. Em busca da cidadania global. Entrevista concedida a Immaculada Lopez da redação da **Revista Sem Fronteiras.** Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_e.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_e.html). Acesso em: 13 nov 2006.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologia.** Porto Alegre, n. 6, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222001000200007&ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000200007&ing=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 nov 2006. doi: 10.1590/S1517-45222001000200007.